

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.424.698 - PE (2019/0002079-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : **MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO**  
**PROCURADORES** : **JOÃO BATISTA DE MOURA - PE008874**  
: **NATÁLIA AUGUSTA SAMPAIO SILVA - PE033657**  
: **ARTHUR DE MELO MARQUES DE SÁ E OUTRO(S) - PE037102**  
**AGRAVADO** : **SEVERINA BARBOSA DA SILVA SALES**  
**ADVOGADO** : **REGINALDO ALVES DA SILVA E OUTRO(S) - PE012954**

**DECISÃO**

1. Cuida-se de agravo interposto por **MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO** contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, assim ementado:

DIREITO PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR. REJEITADA À UNANIMIDADE. AÇÃO DE ATENTADO. PROVAS INCONTESTES DO DESCUMPRIMENTO DA ORDEM JUDICIAL DE MANUTENÇÃO DE POSSE. INVOCAÇÃO DOS ARGUMENTOS AFASTADOS DA ANÁLISE DO FEITO POSSESSÓRIO. RECURSO IMPROVIDO. 1. A preliminar de ausência de interesse de agir se confunde com o próprio mérito, motivo pelo qual não foi conhecida. 2. Mérito. Da análise dos autos, verifica-se que o ora recorrente, em momento algum, nega ter agido nos moldes descritos na exordial, alegando em seu favor apenas tratar-se de área pública, aduzindo agir no exercício regular do Poder de Polícia. 3. Todavia, a ação de atentado não visa analisar quem detém o melhor direito sob a posse ou propriedade do bem sub judice. 4. Essa cautelar nominada apenas busca impedir atitudes, no curso de demanda judicial, capazes de inovar ilegalmente no estado de fato das coisas. 5. Ao teor dos art. 879 e art. 881 do CPC/1973 (art. Art. 77 do CPC/2015), a ação de atentado não busca averiguar o melhor direito, mas, apenas e tão somente, tende a assegurar o cumprimento dos deveres de boa-fé das pessoas atuantes no processo. 6. No caso dos autos, a autora prova, através dos documentos de fls. 11/46, haver sentença favorável a sua posse, proferida nos autos da Ação de Manutenção de Posse nº 210.2005.001061-8, - confirmada por este Tribunal; estando pendente o julgamento do Agravo no Recurso Especial. 7. As fotos de fls. 47/53, conjugadas a não impugnação dos fatos pelo ora Apelante, demonstram ter o réu praticado inovação ilegal no estado de fato de bem litigioso, descumprindo a ordem de manutenção de posse proferida na ação referenciada. 8. Dessa forma, não há como chegar à conclusão distinta da esposada na sentença objurgada, porquanto há provas incontestas do descumprimento da ordem judicial de manutenção de posse, invocando-se, diga-se de passagem, os mesmos argumentos já afastados

quando da análise do feito possessório, conforme se percebe da leitura do acórdão de fls. 30/34, deste Eg. Tribunal de justiça. 9. Agravo interno improvido. 10. Decisão unânime.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto no art. 879 do CPC de 1973, defendendo a ausência de interesse de agir da parte agravada, pois a ação cautelar de atentado não seria instrumento idôneo para o caso de descumprimento de determinação judicial.

É o relatório. DECIDO.

2. Ao apreciar a controvérsia, o Tribunal de origem assim consignou:

**VOTO DA PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR**

A preliminar de ausência de interesse de agir se confunde com o próprio mérito, motivo pelo qual deixo de conhecê-la.

Ao apreciar os embargos de declaração, ainda frisou que:

In casu, não verifico a existência da omissão indicada, pois o acórdão embargado enfrentou devidamente a questão, ao esclarecer no mérito sobre o interesse de agir.

Ora, conforme ressaltado no julgado vergastado, a ação de atentado não visa analisar quem detém o melhor direito sob a posse ou propriedade do bem sub judice.

Essa cautelar nominada apenas busca impedir atitudes, no curso de demanda judicial, capazes de inovar ilegalmente no estado de fato das coisas.

Ou seja, a ação de atentado não busca averiguar o melhor direito, mas, apenas e tão somente, tende a assegurar o cumprimento dos deveres de boa-fé das pessoas atuantes no processo.

No caso dos autos, a autora/embargada comprova através dos documentos de fls. 11/46, haver sentença favorável a sua posse, proferida nos autos da Ação de Manutenção de Posse nº 210.2005.001061-8, - confirmada por este Tribunal -; estando pendente o julgamento do Agravo no Recurso Especial.

Ademais, as fotos de fls. 47/53, conjugadas e a não impugnação dos fatos pelo ora embargante, demonstram ter o réu praticado inovação ilegal no estado de fato de bem litigioso, descumprindo a ordem de manutenção de posse proferida na ação referenciada.

Dessa forma, não há como chegar à conclusão distinta da esposada na sentença objurgada, porquanto há provas incontestas do descumprimento da ordem judicial de manutenção de posse, invocando-se, diga-se de passagem, os mesmos argumentos já afastados quando da análise do feito possessório, conforme se percebe da leitura do acórdão de fls. 30/34, deste Eg. Tribunal de Justiça.

Com efeito, o embargante busca, na verdade, a rediscussão meritória do decisor, hipótese inviável nesta via recursal, segundo jurisprudência brasileira consolidada, abaixo ementada:

[...].

Nota-se que acórdão recorrido está assentado em mais de um fundamento suficiente para mantê-lo e a parte recorrente não cuidou de impugnar todos eles, como seria de rigor.

Assim, a subsistência de fundamento inatacado, apto a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula n. 283/STF: “É inadmissível o recurso extraordinário .quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.”

3. Ainda que assim não fosse, o acolhimento da pretensão recursal exigiria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, atraindo o óbice da Súmula 7 do STJ.

A propósito:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC INEXISTENTE. MEDIDA CAUTELAR DE ATENTADO. REQUISITOS. SÚMULA 7/STJ. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO DA UNIÃO. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULAS 283 E 284/STF. ENTENDIMENTO EM CONSONÂNCIA COM O DESTA CORTE.

[...].

3. Aferir eventual violação do art. 879, III, do CPC, demanda o reexame do conjunto probatório dos presentes autos. Incidência da Súmula 7/STJ. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 142.986/DF, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/02/2013, DJe 04/03/2013)

4. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator